



Cíntia de Mendonça Borges Botelho

CURRÍCULO – Um novo olhar: Participação e cidadania

Belo Horizonte

2011

CÍNTIA DE MENDONÇA BORGES BOTELHO

CURRÍCULO – Um novo olhar: Participação e cidadania

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Orientadora Jacqueline Silva Figueiredo Pereira.

Belo Horizonte

2011

CINTIA DE MENDONÇA BORGES BOTELHO

CURRÍCULO – Um novo olhar: Participação e cidadania

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a Orientadora Jacqueline Silva Figueiredo Pereira

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho aos meus pais,
exemplos de força e luta, ao meu querido
marido e aos meus amados filhos,
Leonardo e Larissa a quem procuro dar o
exemplo que tive dos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, inspiração e fé.

Agradeço aos meus pais, pelo amor incondicional.

Aos meus professores, exemplos a serem seguidos.

E finalmente aos colegas de curso pela convivência e trocas.

"A grandeza de um ser humano não está no quanto ele sabe, mas no quanto ele tem consciência que não sabe. O destino não é freqüentemente inevitável, mas uma questão de escolha. Quem faz escolha, escreve sua própria história, constrói seus próprios caminhos" (CURY, 2007, p.175).

RESUMO

Este trabalho parte da necessidade de conhecimento mais aprofundado de um componente importante do processo educacional – o Currículo – entender toda a dinâmica do Currículo e suas especificidades e compreender como os conteúdos devem ser adaptados a realidade da escola e do aluno. A dinâmica do ensino requer um profundo envolvimento com a ordem social, uma vez que o aluno está em formação para se adaptar adequadamente ao contexto social e profissional. A Instituição escolar possui uma enorme responsabilidade com o conteúdo proposto, uma vez que, não significa que os conteúdos estando definidos, tenha-se a certeza de que o trabalho esteja acabado. Muito pelo contrário, o processo educacional deve ser dinâmico em todas as suas fases. Ao percorrer o processo educativo o aluno deve ter um conjunto de conteúdos que estejam consoantes a realidade em que vive, assim existem parâmetros que norteiam a formação do currículo a partir do currículo oficial por se tratar de um país de grandes dimensões e diversidade cultural, política e social. Mas é verdade também que possuímos diretrizes nacionais que orientam a formação do Currículo Formal. No entanto estamos frente a um desafio, que é de ensinar a todos, levando em consideração as diferenças nas formas de aprender e na cultura. O objetivo principal deste trabalho é conhecer e analisar a formação do currículo e sua importância para o contexto escolar. Uma vez que o mesmo prioritariamente deve incitar a formação participativa e cidadã.

PALAVRAS- CHAVE: Currículo, Formação, Participação, Cidadania

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CURRÍCULO	11
	2.1 - Breve histórico social sobre o currículo	11
	2.2 - Currículo e suas definições	12
	2.3 - O Direito a Educação e o Currículo	15
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
5	ANEXO	20
	Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Gidalte Maria dos Santos	20

1. INTRODUÇÃO

O princípio da formação educacional parte da definição de conteúdos a serem trabalhados, uma vez que todo o processo educativo está envolvido com o conhecimento a ser construído.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais como princípios para a definição dos conteúdos são fornecidos como diretrizes para a ação educativa. A partir daí a organização do ensino dá oportunidade a todos consolidando o desenvolvimento humano através do acesso ao conhecimento.

Com todos os avanços percebidos nos campos econômico, tecnológico e político o Brasil possui uma enorme fraqueza no campo social. A miséria vivenciada por grande parcela da sociedade é ressaltada pela precariedade das políticas públicas nesta área, e é indicador da necessidade de reflexão sobre os meios de concretização das melhorias.

Entre muitos estudos sobre currículo interessa saber que o momento atual induz ao rompimento com as teorias do currículo tradicional, idealizando teorias críticas e pós-críticas em virtude da necessidade de acompanhar as mudanças globais e dessa forma proporcionar mudanças pessoais, com vistas a melhorias sociais.

A participação popular idealizada na gestão participativa corrobora para a denúncia dos mecanismos de exclusão e fornecem condições de conquistas e avanços no campo social. Compreende-se que a Escola vista como meio para a formação cidadã dá ênfase à formação do indivíduo com capacidades e habilidades para lutar por seus ideais reforçando a ética e a participação. Vista com ênfase na sociedade contemporânea a Escola Atual vislumbra a Formação Omnilateral – desenvolvimento de todas as capacidades e formação do ser em suas múltiplas dimensões do real valorizando os aspectos intelectual, corporal e tecnológico – desenvolvimento do homem íntegro, completo, pleno, pronto para superar as adversidades.

Assim, revitalizar a sociedade através de uma auto-organização proposta com base na humanização e solidariedade, só poderá ser efetivado através da consolidação da gestão democrática e do Currículo articulado.

Pela concepção mais técnica de Currículo que envolve a definição de objetivos e a seleção, organização e avaliação dos conteúdos escolares compreende-se que de forma crítica o Currículo não deve ser estático. Através da ação reflexiva e participativa envolvendo diretamente a prática pedagógica, este planejamento deve visualizar o contexto em que a escola se insere e a clientela local e atender de forma eficaz as peculiaridades observadas na comunidade.

A pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca da definição geral de Currículo e suas determinações e abrangências no contexto educacional. Uma vez que o tema, apesar de fazer parte da realidade cotidiana ainda gera muitas dúvidas e controvérsias pela própria dinâmica da sua organização. Compreende-se ainda que a definição de Currículo, no decorrer da história, passou por muitas mudanças, e atualmente existem muitas teorias importantes sobre o seu desenvolvimento, reforçando a necessidade de compreender essas mudanças e suas implicações.

Ao Compreender a dinâmica que envolve o Currículo, sua organização e aplicação, no contexto educacional, amplia-se a necessidade de reflexão sobre a dinâmica do processo de planejamento curricular viabilizando a ênfase nas práticas pedagógicas, uma vez que a educação brasileira tenta de todas as formas se adaptar a demanda de alunos e professores despreparados o que contraria e compromete a viabilidade da lei que garante educação de qualidade a todo cidadão brasileiro.

2 – CURRÍCULO

2.1 – Breve histórico social sobre o currículo

O termo Currículo desde a sua criação está associado a mudanças e revisões significativas no decorrer da história da educação. A princípio pela própria severidade da ação educativa, conforme Traldi (1984, p. 20) “foram, deste modo, criadas de 1890 a 1920 várias comissões, nos Estados Unidos, que influenciaram sobremaneira as decisões a serem tomadas no desenvolvimento do Currículo”.

A evolução do Currículo está associada às reformas pedagógicas ao mesmo tempo em que o ensino alcançou uma demanda cada vez maior de pessoas e aguçou o interesse e a necessidade de pesquisas nesta área. O próprio termo currículo possui ao longo da história da educação uma infinidade de definições que vão sendo aprimoradas com o passar do tempo em conformidade com os acontecimentos, e adaptadas às necessidades de cada época.

A partir da década de 30 (quando ocorre a primeira crise econômica mundial) segundo Traldi (1984 p. 21) houve um processo de descentralização que levou a escola a procurar formas de atender às necessidades dos educandos situados na própria comunidade. E essa é uma tendência que perdura nos dias atuais.

Segundo SAVIANI (1988, p.23)

O estudo da história do currículo não se restringe ao levantamento da evolução do termo e de seus diferentes empregos. Ele compreende a análise de questões complexas, desde as idéias sobre o currículo, aos processos de elaboração, interpretação, implementação e avaliação.

A tradição curricular americana propôs grandes mudanças no campo do currículo. Fundamentalmente, absorvendo a racionalidade técnica, definição de objetivos e o controle do processo educativo. Mas não só os Estados Unidos influenciaram o Currículo em definições e estratégias, como também países da Europa com suas

pesquisas nesta área. Desde que se entendeu a importância dessa questão muitos estudos e pesquisas foram feitos nesta área.

Múltiplos fatores se entrecruzam e se determinam mutuamente, aparecendo com maior ou menor intensidade neste ou naquele período histórico, num ou noutro contexto (geográfico, político, econômico, social, cultural) e contribuindo para conformar o perfil e definir o caráter do ensino, e do currículo que a ele corresponda (SAVIANI, 1998, p. 25).

As pesquisas nesta área permitem nova reformulação na concepção sobre currículo no Brasil, através de novas literaturas com abordagens inovadoras e críticas. Diante dessas relações todas as experiências e conhecimentos estariam relacionados com o cotidiano escolar. A partir do entendimento da importância da relação do currículo com o ambiente comunitário, esse fato reforçou a importância da participação de todos nas ações escolares com a criação e revitalização dos conselhos escolares.

Tanto por estar diretamente ligado a questões do conhecimento – que se produz, reproduz-se, firma-se e se supera na polêmica, no enfrentamento conflituoso peculiar à luta de idéias – quanto pelas dimensões de poder inerentes à sua elaboração e realização, o currículo é sempre produto de contendas, de disputas, de debates, em vários níveis. “o debate público, os programas das disciplinas, os materiais didáticos e o ensino em si”. (ENGLUND apud SAVIANI, 1998 p. 27).

Os reflexos das mudanças no decorrer dessas décadas permitiram reflexões sobre questões mais voltadas ao indivíduo social. Com isso a política do multi-culturalismo direciona reflexões sobre o currículo como elemento de uma política cultural. Viabilizando não somente a transmissão da cultura como também a produção, criação e transgressão cultural.

2.2 – Currículo e suas definições

Diante das possíveis definições e aplicações do currículo os estudos nesta área mostram uma nova dimensão do currículo que evidencia o homem como ser político, social e cultural.

Assim, as perspectivas do currículo formulado em teorias que definem momentos e necessidades afins se tornam uma importante meio para o entendimento da realidade educacional. Segundo Silva (2010 p. 13) “as teorias do currículo”, assim como as teorias educacionais mais amplas, estão recheadas de afirmações sobre como as coisas deveriam ser”.

A princípio podemos associar a definição mais técnica de currículo com uma expressão muito enfática do autor Bobbitt (em seu livro *The curriculum*, 1918) que se inspira na administração científica de Taylor em um momento importante da história da educação nos Estados Unidos. Para Silva (2010 p. 13) “O efeito final, de uma forma ou outra, é que o currículo se torna um processo industrial e administrativo”.

Para Silva (2010 p. 15) “O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes”. As pesquisas determinam o que é mais importante para determinadas pessoas em uma determinada época, entretanto é de suma importância entender esse processo valorizando o indivíduo em seu contexto social.

Nas discussões cotidianas, quando pensamos em currículo pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade (SILVA, 2010, p. 15).

A organização do currículo está diretamente associada à prática pedagógica. Essa dinâmica escolar deve se voltar para garantir a formação cidadã. O ensino simplesmente pelo ensino não tem sentido para o aluno. Essa prática precisa ser contextualizada a ponto de provocar mudanças na vida do aluno.

Ao compreender o currículo na relação do indivíduo com as esferas políticas, econômicas e socioculturais, podemos entender o currículo em todas as suas definições.

Para visualizar de forma clara a ênfase do currículo em uma área ou outra, destacam-se as relações de poder que segundo o autor Silva (2010, p. 16) separam

as teorias tradicionais (que se preocupam mais com a organização) das teorias críticas e pós-críticas do currículo (tendo sua questão central nos questionamentos).

Para Silva (2010) as teorias do currículo se resumem em categorias e teorias em conformidade com os conceitos que cada uma em particular enfatizam.

Teorias Tradicionais: ensino; aprendizagem; avaliação; metodologia; didática; organização; planejamento; eficiência; objetivos. Teorias Críticas: Ideologia; reprodução cultural e social; poder; classe social; capitalismo; relações sociais de produção; conscientização; emancipação e libertação; currículo oculto; resistência. Teorias pós-críticas: Identidade, alteridade, diferença; subjetividade; significação e discurso; saber-poder; representação; cultura; gênero, raça, etnia, sexualidade; multiculturalismo.(SILVA, 2010, p. 17)

Assim, de modo geral para o entendimento do currículo num contexto mais real da escola procura-se definir o currículo no cotidiano escolar. Este processo leva em consideração todas as possibilidades coordenadas em ações que promovam a autonomia da escola, porém direcionadas por uma orientação geral, que é o currículo oficial, este é formado segundo a legislação e organiza as matérias/disciplinas e outras questões que envolvem conteúdo, didática e avaliações.

A acepção do currículo como conjunto de experiências planejadas é insuficiente, pois os efeitos produzidos nos alunos por um tratamento pedagógico ou currículo planejado e suas conseqüências são tão reais e efetivos quando podem ser os efeitos provenientes das experiências vividas na realidade da escola sem tê-las planejado, às vezes nem sequer ser conscientes de sua existência. É o que se conhece como currículo oculto (SACRISTÁN 1998, p.43).

Num processo fielmente relacionado à realidade do dia-a-dia escolar, o Currículo Oculto compreende saberes, competências e valores que seguem implícitos nas

atividades escolares. Essas atitudes dão ênfase à prática pedagógica e se relacionam fortemente com o meio ao qual o educando pertence, se faz pela própria prática escolar sem que esteja explícito no currículo formal.

2.3 – O Direito a Educação e o Currículo

A relação do homem com as propostas sociais tem base fundante na família, mas é verdadeiramente estruturada na Escola, sendo assim é evidente a necessidade da organização desse ambiente voltado para a formação cidadã.

As mudanças necessárias na área educacional, estão diretamente ligadas a reflexão sobre a reestruturação curricular levando-se em conta que o currículo é o norteador da prática pedagógica, bem como, a base para a organização escolar, resultado de forças sociais, políticas e pedagógicas, e através desta organização dos saberes e com o propósito de formação de sujeitos sociais, compreendem sua verdadeira importância.

Por um ideal democrático, a escola real, que ainda não oferece uma educação ideal, precisa se organizar de forma que crianças, jovens e adultos se sintam capazes de transformar o meio em que vivem através de valores, atitudes e conhecimento voltados para a construção de uma sociedade inclusiva, solidária e participativa.

Os conteúdos da escolaridade são definidos, em todos os níveis e modalidades de ensino, a partir dos problemas encontrados no cotidiano, possibilitando a transformação da compreensão sobre o vivido e oportunizando a construção de conhecimentos significativos, que se reorganizam na relação entre os conceitos cotidianos e científicos (AZEVEDO, 1999, p. 9).

Como pressuposto da gestão democrática que implica favorecer a participação, de todo cidadão pertencente à comunidade, na gestão escolar, bem como possibilitar a autonomia nas ações direcionadas a organização escolar. Evidencia-se a

responsabilidade da gestão e professores, bem como da comunidade em fornecer condições para que a realidade vivida seja significativa para a organização dos conteúdos e procedimentos escolares e pedagógicos. Essa proposta permite que o aluno se sinta mais ligado à construção do conhecimento.

A força do currículo se faz na reflexão de professores e responsáveis pelo processo educacional sobre a responsabilidade e o compromisso de cada um, que permitirá transformar a escola pública em um espaço que dê oportunidade aqueles que perderam oportunidades frente à globalização, e ficaram a margem dos avanços tecnológicos, sociais e políticos.

Compreender a história do currículo e sua importância, permitem avaliar as mudanças e transformá-lo em um instrumento transformação. Segundo Contreras (1999, p. 90) esta realidade é possível:

É necessário expressar outras formas de pensamento curricular se quisermos que este não seja pensado como regulação e racionalização da prática desautorizando o professorado, e se não quisermos convertê-lo em um instrumento de medição de rendimento para comparação entre outras escolas.

Ao buscar resultados eficazes na formação do aluno, percebe-se que através do currículo como instrumento de viabilização do direito social “educação de qualidade” deve privilegiar o desenvolvimento pessoal e social. Como parte da reflexão para o planejamento as atividades devem permitir reflexão associando a educação nos campos econômico, político e sócio-cultural valorizadas no seu próprio ambiente.

A construção de um currículo democrático indica a valorização de princípios que segundo Contreras (1999, p.91) podem ser os seguintes:

1. A educação como a reflexão e a crítica do processo de incorporação à sociedade; 2 – Política educativa democrática; 3 – Não capacidades do alunado, mas pretensões políticas da escola; 4 – O compromisso da escola com a construção de uma cultura democrática; 5 – O alunado, agente ativo na construção cooperativa da experiência educativa; 6 – O papel do conhecimento como mediador na construção pessoal como indivíduos em comunidade; 7 – O docente como mediador político de interesses;

A visão do homem social envolvido com as mudanças que a globalização induz percorre conquistas inegáveis e hoje mais do que nunca a tecnologia passa a fazer parte da vida humana como parte integrante de seu cotidiano. Assim é responsabilidade da gestão educacional direcionar a riqueza do currículo com a busca do homem cada vez mais envolvido com a política, a sociedade e a cultura, levando-se em consideração o mundo globalizado.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inúmeras concepções de currículo fundamentam essencialmente uma educação que faz parte da história e que é influenciada pelo presente, e traz consigo discussões que envolvem temas como o conhecimento escolar, a prática pedagógica, relações sociais e valores. O contexto em que a escola se situa mostra realidades que proporcionam riqueza para o currículo que passam pelas dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais.

Atualmente, é insuficiente pensar o homem fora do contexto globalizado e tecnológico, assim o Currículo precisa primordialmente se adaptar a essas características traçadas tão fortemente nos dias atuais.

Contudo, o homem apresenta por natureza histórica evidências muito fortes da cultura social, e o Currículo necessita ser adaptado a essa realidade tão importante para a formação.

Fica evidente que o Currículo na década atual assumiu um importante papel que é de viabilizar a formação participativa e cidadã, fugindo do tecnicismo tradicional. O homem não pode mais se isentar do compromisso com a sociedade, se a sua relação com o outro não for solidária e respeitosa não conseguiremos avançar em melhorias significativas para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Enfim, compreende-se que o Currículo organizado conforme as necessidades do contexto social, cultural, econômico e político, cria e recria oportunidades de desenvolvimento pessoal e esse processo prioriza cada aluno cultivando a harmonia do contexto social conforme valores e revitalização da auto-estima de cada um e favorecendo a formação cidadã.

4 – REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Clovis de. **A democratização da Escola no Contexto da Democratização do Estado: A Experiência de Porto Alegre.** In. Escola Cidadã Teoria e Prática. Petrópolis. Vozes. 1999.

CONTRERAS, José. Currículo democrático e autonomia do magistério. In. Século XXI – Qual Conhecimento? Qual Currículo?. Petrópolis. Vozes. 1999.

SACRISTÁN, José Gimeno. ***Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática.*** 3. ed. Tradução Ernani Ferreira da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico.** 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

TRALDI, Lady Lina. **Currículo: conceituação e implicações, metodologia de avaliação, teoria e prática, formas de organização, supervisão.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1984.

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CÍNTIA DE MENDONÇA BORGES BOTELHO

BELO HORIZONTE, 2010

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho acadêmico apresentado à disciplina
Projeto Vivencial do Curso Formação de
Gestores da Universidade Federal de Minas
Gerais - UFMG. Orientação de Grazielle
Mariano Batista Maia

BELO HORIZONTE, 2010

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. FINALIDADES DA ESCOLA	8
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	14
4. CURRÍCULO	21
5. TEMPO ESCOLAR	24
6. PROCESSO DE DECISÃO	30
7. RELAÇÕES DE TRABALHO	32
8. AVALIAÇÃO	34
9. BIBLIOGRAFIA	36

1. INTRODUÇÃO

O projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Gidalte Maria dos Santos é uma proposta que visa definir de maneira democrática e estratégica a organização pedagógica através da construção de objetivos e metas que proporcionem uma educação de qualidade aos alunos. Este documento estabelece diretrizes e propostas de ações através das quais se pretende organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola valorizando acima de tudo o princípio da participação e envolvimento de toda a comunidade escolar.

A Gestão Democrática tem como fundamento ações participativas, e o PPP através da dimensão político-pedagógica pressupõem uma construção participativa que propõe envolver de forma democrática todos os segmentos que envolvem a educação em todas as suas formas.

O Governo vem implementando propostas inovadoras viabilizando a “*Escola Para Todos*”. O contexto educacional pela proposta de acesso universal a educação de qualidade vai tomando forma, e fortalece o desejo que ora se torna realidade através do esforço conjunto e dedicação. Os resultados proporcionam maiores oportunidades e uma visão mais crítica e cidadã aos nossos profissionais da educação, pais e alunos.

A elaboração deste projeto possibilita a comunidade escolar avaliar as experiências vividas no cotidiano escolar e familiar, refletir sobre as práticas atuais relacionadas ao desempenho do aluno e a necessidade de repensá-las, resgatar e atualizar valores, possibilitar a realização de sonhos e utopias, elaborar projetos individuais e coletivos, reafirmar identidades e estabelecer novas relações de convivência. Enfim

esta proposta indica novos caminhos que viabilizam a transformação necessária e desejada pelo coletivo escolar e comunitário.

A proposta possui como foco a formação do aluno, pelo caminho do fortalecimento da participação social. Essa formação precisa ter um caráter humanizador, pois somos responsáveis pela construção de uma sociedade mais justa e humanitária.

A Escola se situa num bairro de periferia onde as oportunidades e as condições de vida ainda restringem a comunidade a privações elementares. O projeto visa proporcionar uma visão de mundo globalizado que se encontra em constante transformação, possibilitar a todos os participantes se situarem no tempo social, contribuir para o auto-conhecimento, saber que respeito aos outros gera respeito para si mesmo. Enfim, deseja-se que o sentimento de Vontade se faça presente no íntimo de cada um que participa deste processo.

Nesse sentido, pela ação participativa o Projeto Político Pedagógico é práxis, ou seja, ação humana que transforma e resulta de um planejamento dialógico. Todo o processo se fundamenta no momento histórico social, econômico, político e cultural e é fortalecido pela influência imediata que a escola recebe em virtude desses acontecimentos.

Identificação do Estabelecimento

Ano de Vigência: 2010

Nome da Escola: ESCOLA MUNICIPAL GIDALTE MARIA DOS SANTOS

Endereço: Rua B, s/nº - Bairro Alto da Colina

Telefone: (38) 3672.1335

E-mail: escolagidalte@gmail.com

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Paracatu

Nome da Diretora: Cíntia de Mendonça Borges Botelho

Nº de alunos:

TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS
4 anos	13
5 anos	17
TOTAL	30
1º ano Ciclo de alfabetização	28
2º ano Ciclo de alfabetização	15
3º ano Ciclo de alfabetização	29
4º ano Ciclo complementar	24
5º ano Ciclo complementar	26
TOTAL	122
6º ano	27
7º ano	30
8º ano	23
9º ano	22
TOTAL	102

Horário de atendimento ao público:

Horário de atendimento escolar: 07:00 às 17:00

Horário letivo matutino: 07:00 às 11:30

Horário letivo vespertino: 12:30 às 17:00

Histórico da Escola

A Escola Municipal Gidalte Maria dos Santos está localizada à Rua B s/nº, no Bairro Alto da Colina em Paracatu-MG, ministra Educação infantil 4 e 5 anos e Ensino Fundamental 9 anos.

A escola foi criada através da **Lei municipal nº 1681/90 em 19/10/1990 e funciona desde o ano de 1991**, a princípio para ministrar o ensino de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

Para melhor atender à comunidade escolar a partir de 04 de fevereiro de 2001 a Escola passou a ministrar o 2º ciclo do Ensino Fundamental, atual 6º ao 9º ano, gradativamente. Autorizada pela portaria 1359/2002, passando a identificar-se como Escola Municipal Gidalte Maria dos Santos, de Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries).

Para suprir a escolarização de Jovens e Adultos que não tenham iniciado ou concluído em idade própria o 1º ciclo do Ensino Fundamental a escola está apta a aplicar Exames Especiais de Suplência, que lhes garantirão oportunidades de ingresso, permanência e sucesso na escola.

A Escola é muito importante para o bairro, pois atende a demanda local, além disso, tranquiliza as famílias com respeito a travessia da BR 040 onde já aconteceram vários acidentes.

A Escola tem um bom conceito de reconhecimento da prestação do seu trabalho junto à comunidade do bairro.

Atualmente temos dois turnos, sendo o matutino atende 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e o vespertino atende a Educação Infantil (4 e 5 anos) e 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, atendendo um total de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) alunos divididos em 10.

Embora muitas conquistas estejam acontecendo para a melhoria, há vários desafios a serem enfrentados conforme diagnóstico que fizemos junto com a comunidade e demais professores para elaborar o Plano de Desenvolvimento da Escola.

O Projeto Político Pedagógico, foi elaborado como instrumento de planejamento que orientará as ações e trabalhos desta escola. Desde a participação do Colegiado, dos professores, especialistas, direção e membros da comunidade escolar que apontaram desafios e propostas de solução. Os três pilares principais deste projeto são romper com a cultura de reprovação, promover educação de qualidade e comprometer-se com a aprendizagem do aluno.

2 – FINALIDADES DA ESCOLA

De acordo com as linhas pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação os professores e todos os funcionários desta escola vão direcionar os seus planos e projetos para:

- Garantia do atendimento escolar nos princípios da qualidade;
- Envolvimento das famílias na gestão escolar participativa;
- Aumento dos índices de aprendizagem;
- Redução dos índices de evasão;
- Reconhecimento e valorização da cultura, das famílias do bairro, em suas variadas formas de manifestações;
- Conscientização das famílias quanto aos direitos de crianças e adolescentes, estimulando a afetividade e a vivência dos valores humanos na convivência de pais e filhos.
- Organização do ensino fundamental em 9 anos, estruturados em cinco anos iniciais, organizados em ciclos e quatro anos finais organizados em anos de escolaridade.
- Integração da escola e da comunidade em processos de educação multicultural e comunitária dentro de uma visão interdisciplinar que democratize as relações de poder e seja eixo norteador da escola;
- Promoção de um trabalho constante de valorização do corpo docente, discente e pessoal administrativo da escola.
- Promoção de cursos de capacitação para os docentes.

Contaremos, com o apoio da comunidade escolar, dando o melhor do nosso trabalho para que os nossos alunos sejam motivados e preparados para exercer a sua cidadania.

Embora enfrentando diversos problemas a intenção das nossas atividades escolares é dar continuidade ao processo de educação global, iniciado na família, garantindo a

possibilidade de sucesso dos alunos e a conseqüente valorização do seu bairro e das suas famílias.

2.1 - Objetivo geral

Propiciar através de um trabalho dinâmico e conjunto oportunidades de crescimento social aos alunos da escola.

2.2 - Objetivos específicos

Tendo em vista os fins da Educação Nacional e os objetivos gerais da Educação, a Escola Municipal Gidalte Maria dos Santos se propõe a alcançar os seguintes objetivos:

- Possibilitar ao educando oportunidades favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista as diferenças individuais;
- Integrar o educando à sociedade mediante a formação comum indispensável ao exercício da cidadania, para que ele possa progredir no trabalho e em estudos posteriores;
- Incluir família e associações de bairros no processo decisório da escola com vistas à eficiência e eficácia de uma educação identificada e coerente com a necessidade e a realidade do meio em que vive;
- Atender os alunos com base na equidade privilegiando a inclusão dos alunos excluídos do processo de uma educação cidadã e libertadora;

- Promover estudos, visando a adequação e novos métodos e processos na situação ensino aprendizagem garantindo a progressão continuada e sem retrocessos;
- Proporcionar aos alunos formação física, intelectual, moral, social, dotando-o capacidades e potencialidades através de instrumentos educacionais, a fim de que desempenhem com eficiência os deveres do homem e cidadão;
- Possibilitar o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem com a construção do conhecimento;
- Favorecer a implantação da gestão democrática, participativa, garantindo a presença dos pais em atividades escolares, com vista à construção da Escola Cidadã;
- Oferecer aos alunos os padrões básicos indispensáveis para garantir a eficácia e eficiência do ensino-aprendizagem;
- Possibilitar ao aluno o seu desenvolvimento em ambiente consolidado em princípios morais e de valores humanos, a fim de que se realize como pessoa e como cidadão;
- Desenvolver, em função desta proposta pedagógica, todos os meios necessários à aprendizagem do aluno;
- Manter intercâmbio comunidade escola através de oportunidades de integração da família, do professor e da S.M.E. em encontros de capacitação, reuniões da comunidade e projetos;

- Priorizar nos planos da organização pedagógica, aspectos voltados para o desenvolvimento do domínio de informações, aquisição de conhecimentos, formação de hábitos e valorização das habilidades dos educandos direcionados a construção do conhecimento.

2.3 - Princípios Norteadores

São considerados princípios norteadores da prática pedagógica os princípios que validam a apropriação do conhecimento pelo aluno e as práticas e ações pedagógicas que desenvolvem e estimulam a criatividade, a curiosidade e as diversas manifestações artísticas e culturais, a saber:

- Para a apropriação do conhecimento pelo aluno são dinamizadas formas diversificadas para o processo de ensino-aprendizagem, considerando para este a expressão intelectual e moral em desenvolvimento dos alunos;
- No tocante, aos aspectos didático-pedagógicos as práticas e ações contemplam situações que focalizam o desempenho construtivo - crítico dos alunos em relação aos saberes formais e não-formais;
- As situações de aprendizagem valorizam a criatividade, a curiosidade e as emoções como manifestações que traduzem o potencial artístico e cultural dos alunos em fase de construção cognitiva.

2.4 - Valores

Ética – Trabalhamos com elevado senso de compromisso, seriedade e respeito em todas as nossas ações.

Participação – Trabalhamos em equipe, com forte senso de comprometimento e solidariedade.

Respeito – respeitamos a dignidade e os direitos de cada pessoa em nossa escola.

Excelência – Buscamos incessantemente a qualidade em tudo o que fazemos em nossa escola.

2.5 - Visão de futuro

Seremos uma escola de referência no País, pela qualidade do ensino que ministramos, pela maneira como entendemos nossos alunos e pela competência profissional de nossa equipe, com seriedade e respeito em todas as suas ações.

2.6 - Missão

Nossa missão é oferecer um ensino de qualidade garantindo participação ativa da comunidade escolar, contribuindo para a formação integral dos alunos para que eles possam agir construtivamente na transformação do seu meio.

2.7 - Filosofia da Escola

Consideram-se princípios filosóficos da formação escolar da Escola Municipal Gidalte Maria dos Santos a formação humanística e intelectual dos educandos, constituindo-se como balizador fundamental a formação do cidadão para a vida social.

2.8 - Objetivos estratégicos

- Oferecer acessibilidade ao prédio escolar e adequar o laboratório de informática;
- Melhorar o desempenho da gestão, dos professores e dos alunos

- Aumentar a participação dos Pais nas atividades escolares.

2.9 - Finalidades

2.9.1 - Finalidade cultural

A atividade cultural abrange um universo de vivência social amplo e diversificado, que colabora para a formação e adaptação de todo ser humano ao meio ambiente restrito e global.

O projeto pretende focalizar nestes termos a valorização da cultura por meio da informação e da reflexão sobre a realidade histórica que está diretamente ligada a realidade atual, no âmbito local e global. Através de estudos, debates, encontros, palestras, festas, viagens, excursões, fóruns que deverão ser planejadas como atividades práticas com o objetivo de contribuir para a formação cultural.

A partir da valorização da própria cultura o aluno poderá aprender a valorizar e interagir com outras culturas.

2.9.2 - Finalidade Pedagógica

A ação pedagógica deve contemplar:

- O planejamento com base nos Referenciais Curriculares para a Educação Infantil para os alunos da Educação Infantil.
- O planejamento com base nas capacidades e respectivos descritores e nos Parâmetros Curriculares Nacionais para os alunos dos anos iniciais
- O planejamento com base no Currículo Básico Comum (CBC) e Parâmetros Curriculares Nacionais para os alunos dos anos finais.

O processo de ensino deve contemplar o planejamento, a reflexão sobre a ação, através de uma proposta de valorização da pesquisa e reflexão sobre os resultados alcançados.

O ensino deve proporcionar ao aluno o conhecimento em contexto de formação integral em condições de interação e construção do conhecimento.

2.9.3 - Finalidade política e social

A participação como instrumento da gestão participativa implica na efetiva colaboração dos alunos, pais, professores e funcionários na elaboração do Regimento, bem como regras e normas cotidianas que organizam o dia-a-dia da escola.

Planejar atividades que envolvam o aluno em eventos sociais e políticos importantes, que possibilitem a compreensão, análise e avaliação de sua própria realidade para o entendimento de um contexto mais amplo que é o mundo globalizado. A prática educativa deve favorecer o conhecimento dos direitos e deveres, e acima de tudo proporcionar momentos em que o aluno vivencie a ação cidadã através da prática.

2.9.4 - Finalidade de formação humanística

A atividade de formação humanística deve ser vivenciada pelo aluno como atividade complementar ao currículo oficial, numa proposta de formação integral, valorizando as inteligências múltiplas e fortalecendo a construção das identidades.

Esta formação deve contemplar ações em que o aluno vivencie ações solidárias, conhecimento ético e respeito aos demais.

3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 - Administrativa

Nº de funcionários:

SEGMENTOS	Nº DE FUNCIONÁRIOS
Diretora	1
Vice-diretora	-
Educação Infantil	2
1º ao 5º anos	5
Módulos anos iniciais – Educação física	1
6º ao 9º anos	7
Secretária	2
Supervisora	-
Orientadora	1
Bibliotecária (P1)	2
Agente	1
Auxiliar de Serviços da Educação	5
Cantineira	2
Vigia	2
TOTAL	31

3.1.1 - Espaço físico

A Escola Municipal Gidalte Maria dos Santos é uma escola com a seguinte estrutura física:

- 07 salas de aula;
- 01 biblioteca, equipada com mesas e estantes e um bom acervo, que também é utilizada como sala de vídeo e brinquedoteca e possui um depósito de material escolar anexo;
- 01 sala de informática equipada com 10 computadores ligados à internet;
- 01 sala para direção, vice-direção e supervisão;
- 01 secretaria;
- 01 sala de professores;
- 01 cantina com depósito de merenda e depósito de material de limpeza anexos;
- 01 banheiro masculino com dois boxes;
- 01 banheiro feminino com dois boxes;
- 01 banheiro para professores;
- 01 galpão coberto;

3.1.2 - Recursos didáticos

- 01 televisão 20 polegadas;
- 01 televisão 29 polegadas;
- 02 aparelhos de DVD;
- 02 aparelhos de vídeo;
- 01 Aparelho de som micro system;
- 03 aparelhos de som portáteis;
- 02 mimeógrafos;
- 01 copiadora;
- 10 computadores;
- 01 aparelho data show com tela de projeção;

- mapas;
- globo terrestre;
- variados jogos didáticos;
- variados materiais para educação física (linha movimentação, centopéia, cones, colchonete grande, bolas e bambolês;
- coleções pedagógicas;
- teatro fantoches e diversos fantoches;
- DVD's diversos;
- Mesa de ping pong;

3.1.3 - Recursos Financeiros

A escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Paracatu e recebe de forma suplementar recursos do PDDE e PDE para melhorias no processo ensino-aprendizagem.

3.2 – Pedagógica

Quadro de funcionários

NOME DO FUNCIONÁRIO	TURNO	FUNÇÃO
Cíntia de Mendonça Borges Botelho	Mat/vesp	Diretora
Ildeu Martins Nogueira	Noturno	Vigia
Roberto Carlos Diogo Costa	Noturno	Vigia
Turno matutino – anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)		
Edna Mara Borges	Matutino	Língua Portuguesa
Maria Aparecida Cunha Pereira	Matutino	Matemática
Lecy Machado Pires	Matutino	História/Literatura
Lidis Maria Soares Rocha	Matutino	Geografia/Ensino Religioso
Iara Conceição F. Pires Couto	Matutino	Ciências/Arte

Iana Maria Silva Quintino Quirino	Matutino	Inglês
Pedro Olimpo Pereira Filho	Mat/vesp.	Educação física
Celma Gonçalves de Matos	Matutino	Secretária
Rosália Teixeira de Melo	Matutino	Agente
Maria Aparecida da Cunha Silva	Matutino	Serviços gerais
Maria de Fátima Monteiro R. Santana	Matutino	Serviços gerais
Maria Ivete Rodrigues da Costa	Matutino	Serviços gerais0
Turno vespertino – Educação Infantil 4 e 5 anos		
Maria Aparecida Lopes de Oliveira	Vespertino	4 anos
Luciara Dantas Neto	Vespertino	5 anos
Turno vespertino – anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)		
Graci Alves Santana	Vespertino	Professora 1º ano
Domingas Vieira da Silva	Vespertino	Professora 2º ano
Juciana Barbosa dos Santos		Professora 3º ano
Simone Aparecida Rabelo G. Carvalho	Vespertino	Professora 4º ano
Ana Genoveva Cruvinel de L. Couto	Vespertino	Professora 5º ano
Pedro Olimpo Pereira Filho	Mat/vesp.	Educação Física
Ana Maria Pereira de Souza	Vespertino	Secretária
Aparecida de Fátima Santana Ferreira	Vespertino	Serviços Gerais
Bernadete Francisco Silva	Vespertino	Serviços Gerais
Fátima Aparecida Pinto da Fonseca	Vespertino	Serviços Gerais
Maria Evangelista	Vespertino	Serviços Gerais
Geralda Marlei Brandão Silva	Vespertino	Biblioteca
Santa Eunice Pereira Carvalho	Vespertino	Orientadora Educacional

Ensino Fundamental da Escola Municipal Gidalte Maria dos Santos será ministrado em Regime de Progressão continuada nos anos iniciais e progressão parcial nos anos finais com duração de 9 anos, organizado em:

I. Ciclo Inicial de Alfabetização com duração de três anos:

.1º ano

.2º ano

.3º ano

II. Ciclo Complementar de Alfabetização com duração de dois anos:

.4º ano

.5º ano

III. Nos 4 anos finais organizados em anos de escolaridade do 6º ano ao 9º ano.

A escola conta ainda com a modalidade de Educação Infantil.

As normas de funcionamento do regime de progressão continuada, organizada em ciclos, bem como as normas de funcionamento do regime de progressão parcial organizada em anos, serão detalhadas no regimento escolar.

O regime de Progressão Continuada garantirá a flexibilidade da organização escolar e também os processos de aprendizagem e de avaliação do desempenho, de forma a levar os alunos a uma progressão continuada sem retrocessos.

A organização das turmas se fundamentará em critérios que garantam o atendimento aos alunos no processo de aprendizagem, resguardadas as determinações legais vigentes e as especificidades e peculiaridades da comunidade.

A enturmação poderá ter como base o critério de idade cronológica, nível de conhecimento ou grau de dificuldades, buscando garantir a verdadeira aprendizagem, de acordo com os interesses e amadurecimento bio-psicológico da clientela.

Os critérios para organização das turmas serão estabelecidos por professores, especialistas, colegiado, conselho de classe e direção da escola, tendo em vista as diretrizes da S.M.E. e o regimento escolar.

A experiência ou conhecimento dos alunos que se encontram em nível mais avançado será utilizado na organização do trabalho escolar em atividades de monitoria para a troca de vivências de experiências para o enriquecimento das aulas.

O professor deverá organizar o espaço físico da sala de aula evitando a disposição das carteiras em filas e preferindo o agrupamento dos alunos por facilidades, dificuldades, grau de conhecimento, garantindo a integração social e a troca de experiências e facilitando seu atendimento.

As atividades das turmas da escola darão prioridade ao cultivo e vivência dos valores humanos nos conteúdos curriculares e conteúdos transversais, convivência de grupo e prolongamento dessa vivência na família e na comunidade.

O momento do recreio se revestirá de cunho pedagógico e a atividade de alimentação será acrescida de ações educativas, valor dos hábitos alimentares saudáveis, momento de lazer, brincadeiras, descontração e valorização de companheirismo, amizade e coleguismo.

Nos procedimentos pedagógicos, será estimulado o desenvolvimento das atividades culturais identificadas com a tradição regional, devendo os pais, serem estimulados a participar, para garantir a transmissão de tradições orais e folclóricas do seu meio, especialmente da cultura negra que na época da mineração contribuiu para consolidar as bases do município.

O hábito de leitura, utilizando-se dos recursos da biblioteca será incentivado e estimulado durante as aulas, com vistas ao domínio das diversas formas de leitura, compreensão e comunicação.

O professor aproveitará as oportunidades de organizar atividades e projetos que envolvam a participação dos alunos nas questões transversais de meio ambiente e ecologia no âmbito das ciências, da matemática e da comunicação.

A proposta das turmas da escola privilegiará o desenvolvimento da criatividade nas suas múltiplas manifestações e variedades e destacará habilidades necessárias à vida moderna valorizando vários tipos de inteligência dos alunos.

Os recursos tecnológicos (TV, DVD, aparelho data-show, máquina fotográfica e som, laboratório de informática com 10 computadores) estarão disponíveis para uso do professor durante as aulas e para o seu aperfeiçoamento através de programas de capacitação dos docentes.

Os alunos deverão ser incentivados a participar das aulas, com sessões de vídeo, uso dos recursos da biblioteca e som, como formas de incentivo à pesquisa e melhoria constante dos programas escolares.

Todo passeio extra-classe que tiver como objetivo enriquecimento do conhecimento e diversão terá o apoio da supervisão, bem como da direção da escola.

3.2.1 - Organização didática

A escola Municipal Gidalte Maria dos Santos prevê para a organização do trabalho didático viabilização de programas e projetos que tenham finalidades voltadas para o desempenho escolar do aluno com sucesso. Diante disso, considera a realidade dos alunos e suas necessidades para a adoção de ações pedagógicas. Ao visualizar a realidade da escola é necessário o desenvolvimento dos seguintes projetos:

- Projeto Alfabetizar: Tem por finalidade o trabalho do professor alfabetizador, com metodologias de acordo com a orientação metodológica do programa CEALE no turno atual para os alunos não alfabetizados;
- Projeto Valores Cívicos e Humanos: O objetivo é construir Valores Humanos e Cívicos necessários a formação geral dos alunos através do desenvolvimento do conhecimento dos temas transversais;
- Projeto Alimentação Saudável: O objetivo é informar e formar hábitos alimentares saudáveis. Este projeto acontecerá em parceria com a Mineração RPM – Kinross- Paracatu.
- Projeto de Leitura: Incentivar a leitura através de atividades criativas e disponibilidade de livros. Este projeto acontecerá em parceria com a Mineração RPM – Kinross - Paracatu.
- Programa AABB Comunidade: são desenvolvidas atividades (oficinas pedagógicas) por educadores sociais, extra turno, para alunos em situação de risco social;

- Programa Conscienciarte: são desenvolvidas atividades (oficinas pedagógicas) por educadores sociais, extra turno, para alunos em situação de risco social.
- Projeto de Formação Profissionalizante: Consistem no atendimento comunitário com a oferta de cursos que contemplam oficinas de arte, artesanato e culinária com foco para preparação de cooperativa para as famílias.
- Projeto Cinema: tem por objetivo construir através de filmes, valores humanos e éticos.

4 - CURRÍCULO

O currículo traduz uma concepção que envolve a definição de objetivos e a seleção, organização e avaliação dos conteúdos escolares e supõe uma ação reflexiva e participativa que envolve diretamente a prática pedagógica, buscando resultados eficazes na formação do aluno. O currículo dinâmico e bem articulado garante uma educação de qualidade e o desenvolvimento pessoal e social e suas relações econômica, política e sócio cultural.

A ação pedagógica da escola é norteadada pelo currículo oficial apresentado pela Secretaria Estadual de Minas Gerais e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e Leis de Diretrizes e Bases.

Os currículos terão uma base nacional comum a ser complementada de forma diversificada de acordo com as características locais onde se localizam e de acordo com as necessidades dos alunos.

Os currículos darão abrangências obrigatórias ao estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil.

O ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório, de forma a promover o desenvolvimento cultural do aluno.

A Educação Física é componente curricular e será ajustada à faixa etária e às condições dos alunos.

O Ensino Religioso é conteúdo curricular trabalhado de forma integrada aos demais conteúdos curriculares ou sob forma de projetos com ênfase dada aos valores humanos.

A cultura negra e sua contribuição para o país serão trabalhadas integradas a todos os conteúdos e especificamente ao conteúdo História.

O ensino da História levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias especialmente das matrizes indígenas, africanas e européias. No caso específico desta escola localizada na área de mineração do ouro será enfatizado o trabalho e a cultura dos escravos que contribuíram para a formação de Paracatu.

No 6º ano ao 9º, será incluída uma língua estrangeira moderna à escolha da comunidade escolar e dentro das possibilidades da instituição e da mantenedora.

A escola incluirá em seus currículos atividades diversificadas dentro das reais necessidades e interesses dos educandos.

O currículo da escola será composto, de acordo com as linhas da educação nacional:

- Conteúdos específicos: das várias disciplinas, assegurando aos alunos a aquisição das idéias centrais de cada disciplina, assim como a compreensão de modo típico de funcionamento de cada campo de conhecimento;
- Conteúdos procedimentais: instrumentos de conhecimento que possibilitam a compreensão dos fatos da realidade e um saber fazer com sucesso;

- Conteúdos atitudinais: capacidade de emitir juízos, fazer escolhas com liberdade e autonomia. Essa perspectiva deve mudar o olhar do professor ao avaliar, fazendo com que ele amplie as suas próprias possibilidades de conhecimento sobre seus alunos, de forma global, abrangendo o domínio das informações, o domínio cognitivo e o domínio das atitudes.

Na organização curricular da escola será considerado o contexto sócio-geográfico e histórico do meio onde se situa. A abordagem dos diversos conteúdos curriculares far-se-á de modo a agregar pensamentos, planos e ações que estejam identificados com a clientela e sua cultura. Projetos de melhoria da ação educativa e da vida comunitária para manter os projetos da Prefeitura com a Fundação Banco do Brasil. Haverá participação da escola nas ações conjuntas.

a) Da Secretaria de Saúde:

- Campanhas de vacinação, de prevenção de doenças, de educação sanitária, educação alimentar, prevenção de cáries e higiene bucal.

b) Da secretaria do Meio Ambiente:

- Cursos sobre educação ambiental, fauna e flora dos cerrados, conhecimento da vegetação e potencial hídrico, cuidados com a qualidade da água, conservação de matas ciliares, medicina e alimentação alternativa com o uso de plantas e produtos do cerrado.
- Valorização do espaço e potencial do ambiente onde está localizada a escola.

5 - TEMPO ESCOLAR

O tempo escolar do ensino fundamental (1º, 2º e 3º anos do Ciclo Inicial de Alfabetização, 4º e 5º anos do Ciclo Complementar de Alfabetização e 6º ao 9º ano dos anos finais) compreendem o período de 9 anos para que o aluno possa alcançar os objetivos de aprendizagem.

O ano letivo é de no mínimo 200 (duzentos) dias efetivos de trabalho escolar.

A carga horária anual mínima é de 833:20 horas/relógio, excluído o tempo destinado ao recreio.

A jornada escolar no ensino fundamental do Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização será de 4:10 horas diárias mínimas de efetivo trabalho escolar e das séries 6º ano ao 9º ano será de 4:10 horas diárias mínimas com módulo/aula de 50 minutos.

Na organização do horário escolar, poderá segundo conveniência pedagógica, haver aulas geminadas desde que considerados os interesses dos alunos e do currículo. Haverá na organização do tempo escolar 40 horas semanais letivas de 5 dias letivos semanais mínimos. O tempo destinado ao recreio é de 20 minutos diários.

Cabe à escola a responsabilidade de elaborar seu calendário escolar de forma participativa com a comunidade escolar e conselho de classe. Cabe à S.M.E.

orientar os procedimentos a serem observados para a elaboração do calendário escolar.

Na impossibilidade de cumprimento do dia letivo, por eventual impedimento, é obrigatória a sua reposição para garantir o mínimo de dias letivos e horas mínimas de atividades escolares.

As turmas serão constituídas preferencialmente de acordo com a idade cronológica e caso haja necessidade nos anos iniciais (1º ao 5º) a escola poderá proceder ao reagrupamento temporário, buscando garantir a verdadeira aprendizagem, de acordo com os interesses e amadurecimento bio-psicológico da clientela.

A escola contará com um professor alfabetizador que acompanhará o processo de alfabetização dando o suporte necessário aos alunos que ainda não alcançaram o nível da turma em que se encontra.

O professor deverá ter o compromisso, mediante acompanhamento e suporte da direção pedagógica, de utilizar todos os recursos tecnológicos e espaços pedagógicos disponíveis na escola como forma de implementar a ação pedagógica com vistas a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

As atividades de planejamento acontecerão no mínimo 1 vez ao mês conforme previsto no calendário, dia escolar, mínimo 12 dias no ano. O professor deverá elaborar com o apoio da coordenação pedagógica, no mínimo um planejamento por bimestre, sendo considerado quatro bimestres compondo o ano letivo. E a cada reunião mensal far-se-á a revisão do planejamento conforme avaliação reflexiva do trabalho pedagógico em sala de aula.

O ano letivo estará dividido em quatro bimestres, sendo que para os Anos Finais do Ensino Fundamental apresentamos os seguintes valores:

1º bimestre = 20 pontos

2º bimestre = 20 pontos

3º bimestre = 20 pontos

4º bimestre = 40 pontos

O aluno deverá alcançar uma média de 50% para aprovação.

Para os anos iniciais do Ensino Fundamental apresentamos os valores em conceitos com os seguintes valores.

A = Alcançou os objetivos

B = Alcançou parcialmente os objetivos

C = Com um pouco mais de esforço poderá alcançar os objetivos

5.1 - Recuperação

A recuperação destina-se aos alunos que apresentarem problemas de aprendizagem e de rendimento insuficiente, durante todo o processo de ensino aprendizagem.

Será feita durante o ano letivo e visa oferecer, paralela e continuamente, diversas oportunidades de aprendizagem ao aluno, associada à oportunidade que terá o professor de conhecer o ritmo dos alunos, avaliar e replanejar seu trabalho.

Devem os professores zelar pela aprendizagem dos alunos, bem como estabelecer estratégias para a recuperação, utilizando-se de todos os meios possíveis para remover os obstáculos e entraves à aprendizagem do aluno.

A recuperação destina-se a desenvolver o aluno para que ele não fique em desnível ou atraso de aprendizagem.

A recuperação ocorrerá:

- a) antes das avaliações, para reforçar os aspectos que precisam ser revistos ou reensinados;
- b) depois das avaliações, após verificados os pontos que merecem ser reforçados para continuidade da aprendizagem e para a revisão do planejamento do professor.
- c) Durante o dia e semana letiva, de modo contínuo como forma de verificar imediatamente, após o ensinamento, se há pontos de estrangulamento, correções a serem feitas para redirecionar o ensino aprendizagem.

O professor deverá observar os seus alunos para que, mediante anotações e acompanhamento diário, tenha um diagnóstico dos progressos e das dificuldades a serem trabalhadas no decorrer dos estudos. Esta observação é o ponto de partida para o planejamento das aulas e da própria recuperação.

Deverá ser dado na recuperação, especial destaque às atividades de leitura, interpretação, produção de textos e cálculo, uso do conhecimento para resolução de desafios da vida diária, habilidades e artes.

O aluno de aprendizagem insuficiente será submetido a trabalhos, tarefas, estudos, utilização de horários de monitoria e atividades que lhe permitam avançar no conhecimento.

O professor é o responsável pela condução do processo e pelo planejamento das atividades adequadas a cada aluno, com o apoio do Conselho de Classe.

Após os estudos referidos, o professor avaliará o aluno, registrando os resultados alcançados, os aspectos qualitativos da aprendizagem, devem ser valorizados principalmente aspectos da socialização, comunicação, criatividade, arte dentre outros.

O professor deverá estar atento às carências físicas, psicológicas, afetivas e cognitivas dos alunos que possam impedir resultado positivo da recuperação, procurando atender às particularidades e especificidades, mediando estas diferenças e compatibilizando as aprendizagens com o ritmo próprio de cada aluno. A coordenação pedagógica deverá auxiliar o professor nesta questão, tomando medidas conjuntas.

O professor deverá criar diversas oportunidades para viabilizar desenvolvimento dos alunos, selecionando as atividades necessárias ao reforço da aprendizagem e à superação das dificuldades verificadas ao longo do processo.

A valorização das habilidades, do conhecimento próprio da cultura do aluno, os valores da amizade, companheirismo, convivência pacífica, dentre outros, serão aspectos a serem incluídos no acompanhamento da recuperação contínua e paralela, complementando os conteúdos curriculares no que tange o conhecimento da língua, criatividade, domínio da leitura oral, comunicação verbal e escrita, ciências, arte, geografia, história e matemática.

A final do ano letivo, caso o aluno não tenha conseguido vencer as dificuldades de aprendizagem, o diretor mobilizará os professores para oferecer oportunidades de

estudos autônomos de recuperação a serem cumpridos pelos alunos durante o período de férias.

Será fornecido material didático (projetos e apostilas de exercícios) assim como orientações didáticas de fácil compreensão para uso dos alunos durante o período de férias.

A família do aluno que se enquadra nesta situação será orientada quanto aos procedimentos, sendo-lhe esclarecido que nada impede que ela procure auxílio de terceiros (aulas particulares) durante os estudos autônomos de recuperação.

O professor organizará atividades e pequenos projetos de estudo para que os alunos tenham a oportunidade de exercitar a sua habilidade de estudos independentes ou apoiados pela família.

A oportunidade dos estudos autônomos de recuperação bem como orientações à família dos alunos serão comunicadas pelos professores, em reunião do Conselho de Classe onde pais, diretor e docentes discutirão os aspectos que necessitam deste reforço e sobre a importância do acompanhamento dos pais para a instauração dos hábitos de estudo das crianças.

Novas avaliações serão realizadas, com o objetivo de verificar o grau de progresso do aluno obtido com os estudos autônomos de recuperação, durante o período a ser combinado pela escola para procedê-las.

O professor mediante novas avaliações feitas após o período dos estudos, registrará nos assentamentos e fichas os resultados alcançados.

Compete à direção da escola orientar neste processo apoiando as ações e divulgando experiências e criações inovadoras dos professores que foram consideradas válidas para a aprendizagem e o progresso dos alunos.

O processo de recuperação será detalhado no regimento escolar, complementado com instruções da S.M.E. e de acordo com as disposições finais deste documento.

6 - PROCESSOS DE DECISÃO

Em consonância com o princípio constitucional da gestão democrática, dar ênfase as ações da Escola voltadas para a gestão participativa. Através da valorização do Colegiado, Conselho Fiscal e conselho de classe. Estes conselhos são convocados a participar da maioria das decisões, bem como refletir sobre processos, sugerir ações reparadoras e participar da elaboração de projetos.

As ações educacionais comuns às escolas da rede pública são orientadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) através de regulamentos e normativas.

Focalizando a gestão da escola pública, o gestor se compromete de forma eficiente planejada e participativa com aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos. A escola caminha em consonância com as necessidades da comunidade e o gestor precisa ter a comunidade atuando de forma participativa nas decisões e interesses comuns.

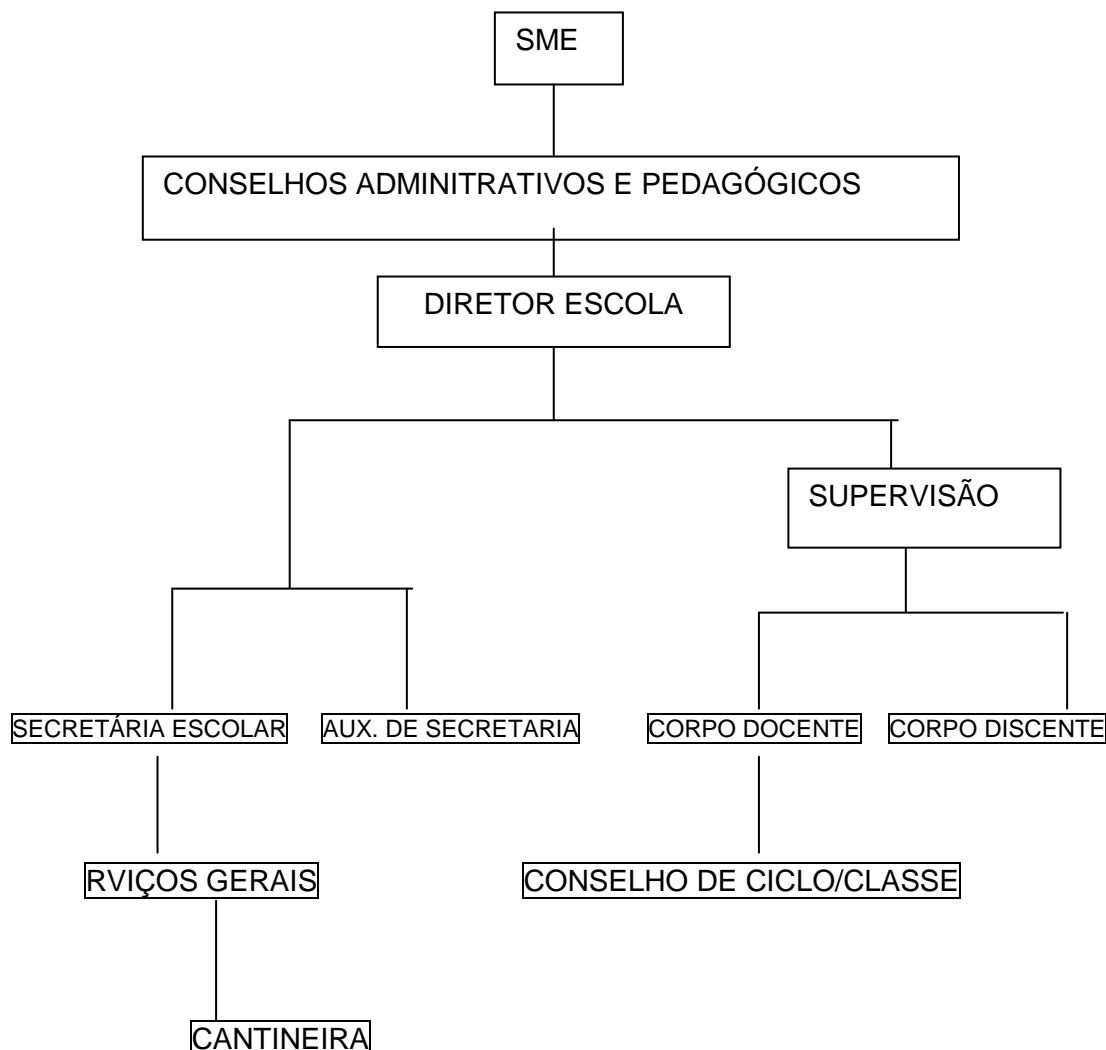
A Gestão Escolar Democrática amplia as noções fundamentais eficiência, eficácia e efetividade social resumem a importância da gestão democrática condizente com a realidade social e com o respeito ao ser humano de forma a garantir um serviço de qualidade por parte dos profissionais que se encontram numa posição mais direta com os alunos e comunidade.

Associar os mecanismos de participação que são: processos de escolha do diretor, colegiados na escola, grêmios estudantis, construção coletiva do PPP, associações de pais e mestres, ao processo de gestão democrática escolar, garante eficiência na aplicação dos recursos, na aplicação das ações pedagógicas e administrativas.

A participação é condição para que a educação trilhe caminhos com a garantia da eficiência direcionada ao nosso cliente que é o aluno.

Organograma

ESCOLA MUNICIPAL GIDALTE MARIA DOS SANTOS



7 - RELAÇÕES DE TRABALHO

De acordo com os princípios norteadores da ação pedagógica descrevemos os objetivos desta ação: ensinar a aprender, ensinar a fazer, ensinar a ser, ensinar a conviver em paz, desenvolver a inteligência e ensinar a transformar informações em conhecimento.

Durante anos, a educação se concentrou em como ensinar e deixou em segundo plano o “aprender”. É preciso que escola e professor olhem para o processo pedagógico de outra maneira. Primeiro é importante considerar o desenvolvimento do raciocínio do aluno e o professor deverá adequar o seu ensino a isso. O desafio do educador consiste em organizar atividades de sala de aula, a partir de estudos e pesquisas atuais na área da educação, proporcionando a possibilidade de uma aprendizagem efetiva.

Hoje, a prática pedagógica se fixa em dois pontos:

- A participação ativa e construtiva através da interação do aluno no processo de aprendizagem;
- A necessidade de intervenção criativa do professor para a aprendizagem dos conteúdos.

O professor tem papel determinante no processo de aprendizagem dos alunos. Deve assumir uma postura ativa e atuar o tempo inteiro, seja nas propostas de atividades, seja na forma como encoraja cada aluno a lançar-se na ousadia de aprender. A função do processo ensino-aprendizagem deve potencializar as ações daqueles que

protagonizam o seu processo: o professor e o aluno, os demais membros são colaboradores e todos devem estar à disposição.

Registradas no Regimento Escolar, as funções são bem definidas e as atribuições são pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem. No entanto todas as ações são articuladas para promover uma aprendizagem de qualidade aos alunos.

As relações e a maneira como se resolvem situações de conflito se encontram definidas no Regimento Escolar, que possui ações consoantes com determinação da Secretaria Municipal de Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estatuto do magistério.

Por ser um incentivador da ação pesquisadora e formativa do aluno, o professor necessita através do exemplo estar em constante formação e atento às mudanças que ocorrem em grande velocidade. Não sendo diferente a necessidade que a família tem de compreender também essas mudanças, diagnosticá-las e agir com coerência.

O professor deverá apresentar no mínimo, a participação por interesse próprio, em duas capacitações por ano (que sejam através de seminários, fóruns, palestras, congressos, especializações, aperfeiçoamento). Este requisito será cobrado na avaliação de desempenho. A direção da Escola se incumbirá de proporcionar uma capacitação por ano e no mínimo 2 horas mensais de estudos.

8 - AVALIAÇÃO

8.1 - Avaliação discente

A avaliação da aprendizagem, no tocante a sua organização, regime e sistemas processuais, prevê a sistemática de ciclos de aprendizagem com culminância bimestral para verificações do desempenho dos alunos. Tal verificação têm por objetivo conhecer e redimensionar possíveis insucessos e a melhoria das condições de aprendizagem dos alunos.

Instrumentos de avaliação:

Provas, trabalhos, exercícios, pesquisas, entrevistas, observação e registro. Os instrumentos e situações de avaliação podem ser os mais variados; individuais, em grupos, escritos, orais, apresentação de exposições e trabalhos. Na realidade, todas as atividades de ensino podem ser utilizadas para avaliar. O que importa é que o professor saiba observar, interpretar, investigar, buscando acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno e identificar os indicadores do seu progresso.

Os resultados dessas avaliações podem ser expressos em fichas contendo conceitos, observações e com gráficos. Nenhuma dessas formas pode deixar de ser acompanhada por momentos de reflexão com o aluno, dando-lhe oportunidades de

rever e refazer as suas produções. É neste sentido que a avaliação se constitui num momento de aprendizagem e tomada de consciência.

A conclusão do Ciclo Inicial de Alfabetização, Ciclo Complementar de Alfabetização e 6º ano ao 9º ano na escola se dará quando o aluno alcançar o nível de aprendizagem coerente com os objetivos do programa e verificado através de avaliações realizadas pelo professor, sob supervisão dos Conselhos de classe.

Os alunos que não demonstrarem ter alcançado o nível de aprendizagem exigido ao final do ciclo, deverão realizar estudos autônomos orientados pela direção e supervisão da escola.

As avaliações estabelecerão para os principais itens de conteúdos de cada currículo os níveis de entendimento considerados satisfatórios, respeitando o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Os alunos deverão ser avaliados continuamente em cada disciplina e ao longo de todo o processo com a apresentação periódica (bimestral) em reuniões com pais ou responsáveis dos resultados de modo a permitir, ao final de cada bimestre letivo, a apreciação de seu desempenho pelo Conselho de Classe.

Os conselhos de classe e os professores de cada turma se basearão na avaliação realizada ao final do ano letivo para recomendar alternativas curriculares adequadas no ano seguinte, às características dos alunos. Estas atividades deverão ser oferecidas pela escola, sendo consideradas as leituras e análises de todas as avaliações realizadas ao longo do ano.

Ao longo do último ano do Ciclo Inicial de Alfabetização, bem como do último ano do Ciclo Complementar de Alfabetização os Conselhos de Classe deverão realizar

avaliação conclusiva que permita verificar se o aluno alcançou o nível de aprendizagem exigido para a conclusão do ciclo, baseado nas avaliações de todo o ciclo.

8.2 - Avaliação Institucional Geral (docente, discente, administrativa e pais)

No tocante ao desempenho geral do corpo docente, discente, administrativo e pais, todos deverão também passar por processo avaliativo. Situação que proporcionará ação diagnóstica e reflexiva com revisão nos procedimentos com vistas à melhoria do processo como um todo. Uma vez por ano, sugere-se o mês de agosto, a Escola passará por processo avaliativo, com avaliação de desempenho, em todas as instâncias citadas anteriormente, com vistas a organização de fórum de discussões a partir dos resultados, com a intenção de replanejar ações para torná-las compatíveis com proposta de formação integral do aluno através de um ensino de qualidade.

9 - BIBLIOGRAFIA

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.

_____. **LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1998.**

_____. **REFERÊNCIAS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, 1998.**

Ofício circular nº 21 de 04 de março de 2004 de o SRE de Paracatu.

Ofício circular nº 79 de 26 de Outubro de 2004 de o SRE de Paracatu.

Resolução SEE nº 430 de 27 de Agosto de 2003.

Resolução SEE nº 469 de 22 de Dezembro de 2003.

Resolução SEE nº 521 de 02 de Fevereiro de 2004.

Resolução SEE nº 1086 de 16 de abril de 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. O projeto político e pedagógico da escola. Papyrus, 2001.